

Ainda mais à direita

Furlan se curva, mas um valor mais alto se levanta



Furlan cumprimenta Lula/ AE

Embora ele próprio não diga, muitos dizem que o presidente da República está insatisfeito com o conservadorismo excessivo do Banco Central que, no final de janeiro, em

uma ata de seu Comitê de Política Monetária, anunciou que os juros no país, que já são considerados os mais altos do mundo, devem subir ainda mais e continuar altos por algum tempo. O presidente estaria buscando alternativas a esse conservadorismo excessivo e as declarações dos ministros Luiz Furlan e Roberto Rodrigues têm expressado a insatisfação presidencial. Essencialmente, os ministros Furlan e Rodrigues criticam a política de juros muito altos porque ela tem atraído uma grande massa de dólares para o país e, com isso, desvalorizado o dólar diante do real, prejudicando a receita das exportações, basicamente as do agronegócio, a que eles estão ligados. Em fins de janeiro, outro aliado do presidente, o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, do PPS, e “rei da soja”, disse que seu Estado deverá perder, das receitas de exportação deste ano em produtos do agronegócio, US\$ 2,0 bilhões, em virtude da desvalorização do dólar.

Quem pode mais O problema do presidente Lula, no entanto, não é apenas o de agradar aos aliados do *agrobusiness*, que conquistou ao final de 2002, quando compôs seu ministério. O agronegócio tem força, tem ligações internacionais importantes; mas, a despeito de sua enorme contribuição para o saldo comercial do país, está longe de ter o poder da grande indústria internacional instalada aqui nos pólos mais estratégicos da economia – por exemplo, a que domina os setores de bens de consumo duráveis, como o automobilístico. Esta tem um poder financeiro muito maior e se beneficia das regras atuais da economia brasileira de um modo muito amplo: exporta – mas também importa muito e ganha, digamos assim, na ida e na volta; aproveita melhor o mercado interno, com condições de crédito para a venda muito mais favoráveis; toma dólares no exterior, mas a taxas muito mais baixas; e tem muito mais capital de curto prazo, que aplica nas formidáveis taxas pagas nos títulos públicos e outras aplicações no país.

Na lista de alternativas para substituir os que seriam da linha dura do BC, volta e meia aparecem pessoas diferentes com políticas iguais, ou mais à direita. É o caso, por exemplo, de Paulo Leme, um brasileiro que é diretor para

mercados emergentes do Goldman Sachs, banco de investimentos de Wall Street e volta e meia é apresentado como opção para o BC brasileiro. Leme, no entanto, é um crítico da política econômica brasileira que busca aprofundá-la na mesma direção. Para ele é “a classe política” local que não está dando as condições necessárias ao BC para cumprimento da meta de inflação. Leme critica o aumento da despesa corrente, a política salarial “expansiva” do governo e o aumento do salário mínimo que, segundo ele, trouxeram “mais pressão sobre a inflação”. Leme se opõe à principal reivindicação de pessoas como Furlan, Rodrigues e Maggi que querem um real menos valorizado. Ele talvez tenha saudades da época do início do Plano Real, quando a moeda brasileira hipervalorizada e os juros descomunais derrubaram a inflação. Ele diz que não é verdade que a valorização do real tenha deixado o país menos competitivo, como pretendem os líderes do *agrobusiness* brasileiro. “O que realmente afeta a competitividade é a taxa real efetiva do câmbio comparada a uma cesta de moedas do comércio do país. Quando se faz esse cálculo, o que se vê é que o Brasil perdeu muito pouco em competitividade. Isto porque não é só o real que está se valorizando em relação ao dólar, mas todas as outras moedas, inclusive o euro. Além disso, apesar da recuperação recente do salário, a queda do salário real foi muito grande nos últimos anos. O custo unitário da mão-de-obra no Brasil é 50% mais competitivo do que era em 98. A margem de lucro do exportador no Brasil ainda é muito grande”.

Escolher os parceiros certos Para Leme, o governo Lula deveria “aproveitar 2005, que não é um ano eleitoral”, para fazer mais reformas de cunho liberal: dar autonomia ao BC, fazer nova reforma da Previdência e as reformas tributária e a trabalhista. E acrescenta outra providência que o governo deveria tomar e que os líderes do agronegócio talvez achem muito oportuna, porque também a defendem. Ele diz: “Outra grande reforma poderia ser na área comercial. O Brasil deveria privilegiar os Estados Unidos e a Europa como parceiros comerciais, e não a chamada política Sul-Sul. Os outros parceiros são muito pequenos. O Brasil precisa enfrentar de vez a questão da Alca”. Como se vê, os mais conservadores que estão fora do governo Lula também têm afinidades com os conservadores que estão dentro do governo Lula. Isso lhes permite achar que uma atitude ainda mais conservadora do BC seja uma solução para o atual conservadorismo. E que tenha apoio interno suficiente. Isso pode não agradar ao presidente Lula. Mas, se ele procura uma saída com as mesmas forças políticas nas quais se apóia atualmente, esta é uma delas, não se pode negar. ■